



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 197ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Ao primeiro dia de julho de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na Sala de Reuniões do
2 Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão
3 Extraordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo
4 Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents
5 Pereira, Arinda Fernandes, Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Ana Luisa Rivera, Diaulas
6 Costa Ribeiro e Katie de Sousa Lima Coelho, e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de
7 Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida. Ausentes justificadamente os Conselheiros Aduato
8 Arruda de Moraes, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza e André Vinícius Espírito
9 Santo de Almeida. Após a constatação de quórum, o Presidente abriu a sessão. **I –**
10 **EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Ofício nº 20.847/SCem, de 9
11 de junho de 2016, em que a Diretora da Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura, do
12 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, encaminha cópia do acórdão
13 prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 2015.002.013888-9 (Interessada: Lúcia Helena
14 Barbosa de Oliveira). O eg. Conselho Superior tomou ciência da referida comunicação. **B.**
15 Memorando nº 209/GCG/2016, de 17 de junho de 2016, em que o Corregedor-Geral do MPDFT,
16 Procurador de Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, presta informações sobre o
17 Expediente nº 08191.023765/2015-14 (Interessada: Promotora de Justiça Elizabeth Helena de
18 Faria Campos) e solicita ao Colegiado que informe se persiste a necessidade de que a
19 Corregedoria-Geral dê continuidade ao acompanhamento do caso. O eg. Conselho Superior
20 deliberou, à unanimidade, pela distribuição aleatória do Expediente. **C.** Memorando nº
21 210/GCG/2016, de 24 de junho de 2016, em que o Corregedor-Geral do MPDFT em exercício,
22 Procurador de Justiça Mário Pérez de Araújo, encaminha cópia do Ofício nº 113/2016/GAB/AD-
23 CNMP e de despacho proferido no PAD nº 1.00324/2016-95 (Interessado: Promotor de Justiça
24 Wenceslau Braz Lopes de Barros), e solicita ao Colegiado que informe se persiste a necessidade de
25 continuidade dos trabalhos da Comissão do PAD nº 08190.019118/15-00, presidida pela
26 Promotora de Justiça Cátia Gisele Martins Vergara. O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
27 deliberou pelo prosseguimento dos trabalhos da referida comissão e para que se aguarde a resposta
28 do Ofício nº 037/2016-SECON, de 27 de junho de 2016, que informa a instauração do PAD no
29 âmbito do MPDFT e solicita o sobrestamento do Processo nº 1.00324/2016-95 (CNMP), bem
30 como a concessão do prazo de 90 dias para conclusão do Procedimento nº 08190.019118/15-00,
31 em atenção ao art. 78, §1º da Resolução CNMP nº 92/2013. **2. COMUNICAÇÕES DA**
32 **CORREGEDORIA-GERAL. A.** Encaminhamento de cópia de decisões que determinaram o
33 arquivamento dos seguintes Expedientes: 08191.032522/2016-58, 08191.038696/2016-24,
34 08191.047840/2016-13 e 08191.059014/2016-17. O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
35 homologou os referidos arquivamentos de expedientes. **II – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº**
36 **08191.063932/2016-41.** Interessados: Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF e Conselho
37 Superior do MDPFT. Assunto: *Proposta Orçamentária do Ministério Público do Distrito Federal*
38 *e Territórios (MPDFT) para o exercício financeiro de 2017.* Relatora: Conselheira ARINDA
39 FERNANDES. Discussão: Leitura de relatório e voto pela em. Conselheira-Relatora. O Chefe da
40 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, Hilton Muniz de Almeida, fez uso da palavra para
41 prestar breves esclarecimentos sobre a Proposta Orçamentária. O em. Conselheiro Diaulas Costa
42 Ribeiro questionou se as rubricas nominadas como licença prêmio tratam-se daquelas convertidas
43 em espécie e ainda não pagas, no que foi respondido positivamente. O em. Conselheiro questionou
44 ainda sobre a possibilidade de implementação das transmissões das sessões ao vivo pela internet



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

45 do eg. Conselho Superior e das Câmaras de Coordenação e Revisão (Procedimento nº
46 08190.063747/14-13), tendo por resposta que, caso seja aprovada a proposta orçamentária nos
47 moldes apresentados, seria viabilizada tal proposição. Por fim, questionou se a proposta de
48 aumento do número de cargos de procurador de justiça foi contemplado nesta proposta
49 orçamentária. O Chefe da SOF esclareceu que existia um anteprojeto apresentado no ano de 2016
50 com tal finalidade, que não foi encaminhado pelo Procurador-Geral da República à época.
51 **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da em. Conselheira-
52 Relatora pela aprovação da proposta orçamentária do MPDFT para o exercício financeiro de 2017.
53 **III – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** A Conselheira Ana Luisa Rivera comunicou
54 adequação da Resolução CSMPDFT nº 90/2009, em conformidade com a proposta de alteração
55 aprovada no bojo do Processo nº 08191.020438/2016-91 (Interessada: Secretaria Executiva –
56 Paranoá; Assunto: *Proposta de alteração do Anexo VI da Resolução CSMPDFT nº 193/2015, que*
57 *alterou a Resolução CSMPDFT nº 90/2009, tendo em vista as alterações implantadas pela*
58 *Resolução TJDFT nº 08/2016*), para prever que a 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Especiais
59 Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Paranoá
60 deverão exercer controle externo da atividade policial sobre 6ª Delegacia de Polícia do Paranoá,
61 nos feitos que lhes forem pertinentes, enquanto não for editado ato da PGJ, de acordo com o
62 disposto no art. 5º da Resolução CSMPDFT nº 206/2015. A sessão foi encerrada às quinze horas e
63 quarenta minutos. Para constar, eu, Ana Luisa Rivera, Secretária do Conselho Superior, lavrei a
64 presente ata, a qual vai assinada por mim e pelos membros do Conselho Superior presentes.

Original Assinado
LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

Ausente justificadamente
ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA
Vice-Presidente do CSMPDFT
Procurador de Justiça

Original Assinado
ANA LUISA RIVERA
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Original Assinado
RUTH KICIS TORRENTS PEREIRA
Conselheira-Secretária
Procuradora de Justiça

Original Assinado
ARINDA FERNANDES
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
EDUARDO ALBUQUERQUE
Conselheiro
Procurador de Justiça

Ausente justificadamente
ADAUTO ARRUDA DE MORAIS
Conselheiro
Procurador de Justiça

Ausente justificadamente
SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora Geral de Justiça
Procuradora de Justiça

Original Assinado
DIAULAS COSTA RIBEIRO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
KATIE DE SOUSA LIMA COELHO
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do MPDFT
Procurador de Justiça